

***CEM ANOS DE LUTAS
DA CLASSE OPERÁRIA
NO BRASIL
1880-1980***

Vito Giannotti

***CEM ANOS DE LUTAS
DA CLASSE OPERÁRIA
NO BRASIL
1880-1980***

INFORMAR CULTURA & EDUCAÇÃO POPULAR

CEM ANOS DE LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL 1880-1980

O IN. FORMAR, com esta primeira publicação, quer dar seqüência aos seus objetivos, isto é, informar sobre fatos passados e presentes com dados obtidos e vividos pelos Movimentos Populares e Sindicais.

Vito Giannotti é um batalhador do Movimento Sindical e é ele quem escreve os Cem Anos de Luta da Classe Operária no Brasil para ser lido e debatido, criticado, contestado e/ou apoiado por todos os que se interessam por este assunto.

Atenção

Este texto destina-se aos que necessitam ter as primeiras noções sobre a História do Sindicalismo.

Muitas vezes, no texto são reproduzidas frases e períodos inteiros de outros textos, sem se preocupar em citar a fonte. Achamos que encher esse texto de citações e haspas só iria dificultar sua compreensão.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Primeiro período:

O Nascimento da Classe Operária

A história da classe operária no Brasil, como no mundo todo, é a história da luta dos trabalhadores contra os seus patrões.

Por classe operária entendemos os trabalhadores urbanos que trabalham em atividades industriais ou ligadas à indústria. A classe operária começa a aparecer quando aparece a indústria.

Até 1850, no Brasil quase tudo era importado da Europa. Só havia pequenas oficinas. A atividade produtora no Brasil era só agrícola e extrativa. Desde o descobrimento pelos europeus até o fim do século passado a grande massa de trabalhadores no Brasil eram os negros escravos.

Início da industrialização

As primeiras indústrias se formam no Brasil entre 1850 e 1900. Nessa época, a Europa já tinha milhões de operários. Na França, em 1856, havia 4 milhões e meio de operários. No Brasil, em 1890, havia 55 mil operários e em 1920 havia 275 mil.

A classe operária europeia e norte-americana já estava organizada em sindicatos e tinha até sua organização internacional: a **Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.)**, criada em 1864.

Os primeiros operários no Brasil, eram quase todos de origem europeia. Os escravos trabalhavam na lavoura. Em 1851 acabou oficialmente a escravidão negra. A burguesia precisava de braços livres para trabalhar em suas indústrias nascentes: era mais barato para ela pagar o salário do que manter um escravo.

A classe operária nascente começou logo a se organizar contra a exploração patronal. As reivindicações eram as mesmas da classe operária no mundo todo:

- Salário — (Ganhar mais)
- Horário — (Trabalhar menos horas)
- Melhorias — (Melhorar as condições de trabalho)
- Livre Associação — (Direito de se associar para lutar)
- Logo na classe operária aparecem ligas e uniões de operários para resistir à exploração patronal.

As primeiras sociedades operárias, no Brasil, eram associações de ajuda e assistência mútua. Tinham vários nomes: **Liga Operária, União Mútua, Sociedade Beneficente Operária, Coletivo Operário**, e outros.

Apareceram então os primeiros boletins e jornais: **O Proletário, O Anarquista, O Brado dos Pobres, O Lutador, Gazeta Operária, Revolução Social, O Progresso, O Trabalho** e dezenas de outros mais.

As condições de trabalho e de vida

As condições de vida e de trabalho eram as que os patrões impunham. A jornada de trabalho era muito longa, chegando até a 20 horas por dia. Trabalho noturno para mulheres e crianças. Quanto maior é a jornada de trabalho, maior é o lucro. A legislação trabalhista não existia. Por exemplo, em 1901, havia nas indústrias inúmeras crianças de até 5 anos trabalhando. Os locais de moradia dos trabalhadores eram precários, faltando água, transporte, higiene, luz, etc.

O direito de se organizar em sindicatos era barrado. Mas a classe operária usou logo a sua arma mais conhecida: a greve. Através dela conseguia melhorar um pouco sua situação.

Primeiras Greves no Brasil

1791: Greve dos trabalhadores das oficinas das Casas de Armas (Rio de Janeiro);

1815: Greve dos pescadores (Recife);

1858: Greve dos gráficos (Rio de Janeiro);

1863: Greve dos ferroviários (Rio de Janeiro);

1877: Greve dos carregadores de Santos.

Nessa época, nos países industrializados, já se faziam enormes greves. Basta lembrar os milhões de grevistas em Chicago, EUA, em 1886.

Quais os principais motivos destas primeiras greves?

Por salários (aumento, atraso, contra a redução do salário);

- Por melhores condições de trabalho (por Lei de proteção aos menores e mulheres, contra os acidentes, contra os chefes, pelo descanso semanal);
- Por jornada de 8 horas de trabalho;
- Por solidariedade (contra demissões, prisões e punições);
- Contra o não cumprimento de acordos pelos patrões;
- Por motivos políticos (boicotes políticos);
- Contra a carestia de vida.

Situação econômica e social da classe operária

Quando começou a nascer a indústria, o Brasil vivia de uma economia tipicamente colonial, baseada na exportação de matéria prima e produtos agrícolas e na importação de quase todos os produtos industrializados.

A industrialização no Brasil teve início quando outros países já estavam altamente industrializados. Nesses países, em longos anos de lutas a classe operária tinha conseguido uma série de vitórias sobre a classe burguesa.

O proletariado brasileiro nasceu quando no conjunto do mundo ocidental já se aceitavam determinadas reivindicações que não eram aceitas um século antes. Mas a maior parte das conquistas operárias na Europa e Estados Unidos, conseguidas com muita luta e sacrifício, não eram reconhecidas no Brasil.

As reivindicações conquistadas há alguns anos pelo proletariado europeu, no Brasil ainda eram vistas como "coisas de subversivos" e tratadas a ferro e fogo pelo Governo. É importante lembrar que o trabalhador brasileiro não sofreu o mesmo processo de formação do trabalhador europeu. Aqui os trabalhadores passaram diretamente do campo à cidade, trazendo para a indústria toda a mentalidade característica da vida agrária: individualismo, fatalismo, comodismo e a submissão ao patrão e ao Governo.

O longo processo de lutas entre a classe operária e a burguesia ocorrido na Europa, que levou os trabalhadores a criar e desenvolver formas cada vez mais avançadas e organizadas de enfrentar o inimigo, não ocorreu da mesma forma no Brasil.

Por isso mesmo, as formas de luta do movimento operário vão ser trazidas de fora, pela grande quantidade de trabalhadores vindos da Europa nessa época. Sob a influência da maioria operária estrangeira, o movimento operário brasileiro repetiu os temas habituais do socialismo europeu, principalmente o anti-clericalismo, o anti-militarismo, o internacionalismo operário e as críticas veementes ao capitalismo. Mas todos esses temas importados, não respondiam aos sentimentos típicos da nascente classe operária brasileira. Isso contribuiu para formar uma pequena elite politizada, capaz de entender esses grandes temas, mas deixou a grande massa afastada de tudo.

Segundo período: de 1900 até 1930

Situação econômica da época

Por volta de 1900, a cidade de São Paulo tinha 240 mil habitantes e o Rio de Janeiro 688 mil. O Brasil nessa época dependia quase que totalmente da agricultura. A base da economia era o café. Mas os fazendeiros começaram também a instalar indústrias porque já era bom negócio. A classe operária era composta especialmente de trabalhadores estrangeiros, principalmente de italianos e espanhóis.

Porque trabalhadores estrangeiros? Porque nesse período não havia mais escravos e a mão de obra estrangeira era mais acostumada à civilização industrial nos seus países de origem. Os fazendeiros e o Governo instalaram agências de propaganda na Europa e prometeram aos italianos, espanhóis e outros que, se viessem para o Brasil teriam terra, instrumentos e casa. Vieram milhões para o Brasil. O que aconteceu com esses trabalhadores estrangeiros?

Uns poucos conseguiram terra. Grande parte ficou trabalhando nas fazendas de café. A maioria deixou, depois, o campo e veio para a cidade. Neste período, de 1880 a 1920, a indústria que mais se desenvolveu foi a têxtil. Os capitalistas da Inglaterra e de outros países da Europa, como também dos Estados Unidos, tinham muito interesse em se instalar aqui. Grande parte das máquinas, já usadas, eram vendidas pela Inglaterra para o Brasil.

Foi assim que começou a industrialização no Brasil. Nos primeiros anos deste século já existiam grandes indústrias. Em São Paulo havia a indústria têxtil *Mariangela (Matarazzo)*, com 3 mil operários, a tecelagem *Santana*, com 2 mil operários, o *Cotonifício Crespi*, com 2 mil operários, a *Antártica*, com mil operários.

As várias formas de organização da classe operária

Ao mesmo tempo em que as fábricas aumentam, cresce a organização da classe operária. Multiplicam-se as organizações operárias com os mais variados nomes: Centro das Classes Operárias, Filhos do Trabalho, Sociedade Internacional União dos Operários, Centro Protetor dos Operários, Grupos dos Homens Livres, Sindicatos de Trabalhadores.

De 1900 a 1920 criam-se muitos sindicatos e várias formas de organização operária. Eis as principais formas de organização da época:

Sindicatos

Até 1915 existiam sindicatos por ofícios: todos os torneiros, todos os mecânicos, etc. Durante a primeira guerra mundial começou a organização por categorias: todos os metalúrgicos, todos os têxteis etc... Cada organização operária decidia sua forma de organização, seus estatutos.

Naquela época os sindicatos tinham nomes diversificados. Por exemplo: União dos Operários em Fábricas de Tecido, União dos Metalúrgicos, Sindicato das Pedreiras, Associação Gráfica, Centro dos Carregadores, etc. Os sindicatos funcionavam como instrumento de luta, de solidariedade, de lazer, de atividades culturais, de comemorações e local de reuniões. Eles se sustentavam com contribuições dos trabalhadores. O Governo negava a sua existência, não lhe dava nenhum reconhecimento legal.

Federações

Vários sindicatos de diferentes ramos de indústrias e serviços se agrupavam e formavam uma federação. Tinham um papel de comando mais geral. Por exemplo a Federação Operária de São Paulo, a União Geral dos Trabalhadores ou Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (reunia,

em 1920, 25 sindicatos de diversos ramos industriais), a Federação dos Condutores de Veículos, a Federação Marítima. Também se formaram organizações temporárias da classe operária: os comitês.

Comitê

Esta forma de organização geralmente aparece em momentos de grande mobilização e greve. Temos dois exemplos: em 1912, depois das manifestações do Primeiro de Maio, foi criado o Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida, com o objetivo de organizar os trabalhadores e de lutar contra o custo de vida. Em 1917, durante a grande greve de São Paulo, foi o Comitê de Defesa Proletária que comandou o movimento grevista.

Congresso

Eram encontros gerais da classe operária.

Foram realizados três Congressos Operários, tirando bandeiras de lutas e formas de organização. Por exemplo, a luta pela jornada de 8 horas de trabalho foi a grande bandeira do 1º Congresso.

No 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 decidiu-se criar a Central Operária Brasileira (COB) que passou a existir em 1907.

Outros congressos foram organizados em 1913 e 1920.

(Leia Anexo 1)

Os militantes operários da época davam muita importância à imprensa operária. Assim os operários no início do século, tinham uma imprensa muito ativa. Circulavam muitos jornais e a maioria em línguas estrangeiras: espanhol, italiano, alemão como **A Plebe, Fanfulla, La Bataglia, A Voz do Trabalhador, Novo Rumo** e muitos outros.

Principais fatos de 1900 até 1930

- O período de 1903 a 1908 é um momento de grandes greves. A resposta do Governo era uma só: repressão policial.
- O ano de 1906 é riquíssimo em greves. Realiza-se também o 1º Congresso Operário Brasileiro e depois é fundada a Confederação Operária Brasileira (COB).
- De 1908 a 1912 há um refluxo da luta operária, com a polícia dismantando os sindicatos. Todos os Primeiros de Maio eram comemorados em praça pública, todos eram reprimidos pela polícia.
- Em 1912 o filho do presidente da República Hermes da Fonseca, organizou um Congresso Operário para neutralizar os anarquistas e socialistas. É nessa linha que mais tarde o presidente Arthur Bernardes seguiu procurando o apoio dos sindicatos para se eleger presidente.
- Em 1913 a COB organizou o Segundo Congresso Operário Brasileiro.
- Em 1917 Greve Geral em São Paulo, por aumento de salário, começando numa tecelagem, e se estendendo por todo Estado. O Comitê de Defesa Proletária por três dias quase dominou a cidade toda. Houve comícios com 80mil operários.

(Leia anexo 2)

- No Recife também em 1917 acontecem várias greves.
- O Governo no Rio decretou o Estado de Sítio, proibiu todas as manifestações e fechou todos os sindicatos do país.
- De 1920 a 1926 o Brasil viveu em Estado de Sítio: desarticulou-se todo o movimento operário.
- A partir de 1919 o Governo iniciou um esboço de legislação social; eis as primeiras leis:

1919 — Lei sobre acidentes de trabalho;

1925 — Lei de 15 dias de férias;

1926 — Lei sobre o trabalho do menor. Essas leis existiram quase que só no papel.

- De 1920 a 1930 há luta política entre os militantes operários das várias correntes que existiam no movimento: a anarquista, a comunista e a católica.
- A partir de 1922 os Primeiros de Maio serão organizados sempre separados em duas ou três manifestações. Os católicos começam a fazer a sua manifestação.
- Em 1922 fundou-se o Partido Comunista do Brasil num congresso de 9 pessoas, 7 operários e 2 intelectuais. A partir dessa data a tendência comunista-socialista se fortaleceu e passou a disputar com os anarquistas a direção dos sindicatos. Até 1932 os anarquistas continuaram ativos, mas perdendo cada vez mais força para os comunistas.
- A partir de 1922 o movimento operário dividiu-se em Federações anarquistas, comunistas e amarelas.
- Em 1929 os comunistas fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), que teve vida quase só no papel.
- A Revolução de 1930 encontrou o movimento operário esmagado por longos anos de repressão e dividido entre si. Isso permitirá a implantação do sindicalismo oficial por Getúlio Vargas.

Tendências do movimento operário sindical até 1930

Tendência anarquista — É a tendência predominante no começo da industrialização no Brasil. É também chamada de anarco-sindicalismo.

- É anti-capitalista, quer o fim da propriedade privada e das classes;
- É contra qualquer opressão. Na visão anarquista todo Estado é opressor; propõe um regime libertário.
- Para os anarquistas a solução é uma República Sindicalista;
- O anarquismo diz que só a ação direta resolve. Nada de parlamento de partidos; a única luta que importa é a luta sindical. Tem um forte tom internacionalista: "Operário não tem pátria".

Tendência Socialista — Fala na mudança do sistema, mas na verdade contenta-se com algumas reformas, por isso será chamada de reformista.

- Baseia-se na aliança, nos interesses comuns entre burguesia e proletariado;
- Esta tendência passa a ser conhecida como "Social Democracia".

Tendência Comunista — É anti-capitalista: quer uma sociedade sem classes.

- Para os comunistas é necessário um partido para a classe operária se libertar;
- Necessidade de um Estado Operário. Propõe um regime de "Ditadura democrática do proletariado" (K. Marx).

Tendência Católica — Aceita a sociedade capitalista. Vê a necessidade de retoques, mas no grosso aceita a sociedade dividida em classes.

- Quer diminuir as desigualdades mais gritantes. A tendência católica desenvolve uma oposição especial à visão anarquista e comunista.

Tendência Trabalhista — Visão conservadora da sociedade. Seus adeptos são chamados de "Amarelos".

- Defende a conquista de alguns direitos para os trabalhadores;

- Quer um sindicalismo de estreita ligação com a burguesia;
- Recruta seus adeptos da área socialista e católica.

A passagem do Brasil agrícola ao Brasil industrial

Não podemos esquecer que até 1930 o Brasil era governado pela burguesia latifundiária, isto é, os grandes senhores da terra. Eram homens que impunham ao Governo a mentalidade violenta e autoritária que vigorava no campo. As reivindicações operárias eram reprimidas com a maior violência o que provocava uma resposta ainda mais violenta dos trabalhadores.

Essa confrontação direta entre o Governo e a classe operária não interessava aos novos setores da burguesia que começavam a ter maior expressão na economia brasileira: industriais, comerciantes, banqueiros. O que esses setores desejavam era ordem e estabilidade para desenvolver suas atividades. Eles percebiam, com muita clareza e mais inteligência que os latifundiários, o perigo que representava para o sistema capitalista, o tratamento violento das questões operárias.

A crise geral do capitalismo de 1929 agravou a crise brasileira. Houve a grande crise do café. Isso fez passar à dianteira da economia a produção industrial. A nova burguesia industrial liderou a revolução de 1930, e Getúlio Vargas foi o nome mais destacado.

Com essa mudança nos rumos da economia, a classe operária começou a ser tratada de outra forma pelo Governo.

O novo grupo no poder, a Aliança Liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas, mostrou imediatamente uma nova mentalidade frente ao movimento operário. O tempo em que o último Presidente da República antes da revolução de 1930, Washington Luiz, afirmava que "a questão social é caso de polícia", já estava superado.

Terceiro período: de 1930 a 1945

A década de 1930 vê acontecer mudanças profundas na sociedade brasileira. A indústria teve um grande desenvolvimento, ao mesmo tempo que diminui a importância do setor agrícola.

O poder que, até a vitória da Aliança Liberal, estava nas mãos da burguesia agrária, passou pouco a pouco às mãos da burguesia urbana.

Com a perda de importância do setor agrário, muitos camponeses ou colonos abandonaram o interior e vieram procurar trabalho nas cidades. A classe operária que até este momento estava formada por uma maioria de estrangeiros, passou a ser constituída principalmente por brasileiros. E esses novos operários não tinham nenhuma ligação com as lutas da classe operária do período anterior.

Essa massa de operários provocou uma mudança de mentalidade da burguesia com relação à questão social. É assim que de 1930 até 1937 se farão quase todas as leis trabalhistas que depois Getúlio juntará na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A nova burguesia industrial passa a ter uma atitude diferente, frente ao sindicato.

O sindicalismo brasileiro chega às portas da década de 30 completamente esbugalhado pela repressão policial, pela crise econômica e pelas divisões internas. O último presidente antes de Vargas, Washington Luiz quase resumindo o pensamento de toda a burguesia desde o começo do século, dizia que "a questão social era um caso de polícia, e como tal devia ser resolvida com as patas dos cavalos". Isto explica porque Vargas, porta-estandarte da burguesia liberal, conseguiu impor com relativa facilidade seu plano de sindicalismo oficial.

Em 1931 Vargas cria o Ministério do Trabalho; já era o começo de um plano de controle sobre a classe operária e de atrelamento dos sindicatos ao Estado burguês.

O Sindicato no Plano de Getúlio

O sindicato passou a ser uma entidade ligada ao Estado burguês e garantido por ele. O sindicato, assim, pode viver sem o apoio efetivo da classe, pois bastava-lhe unicamente ser reconhecido e aprovado pelo Governo. Existindo um único sindicato, este se transformou automaticamente em representante oficial obrigatório da categoria em negociações e lutas com a classe dos patrões. Isto é, o sindicato não opõe sua força conforme a participação da massa de sua categoria na luta, mas simplesmente, por ser o único interlocutor legalmente reconhecido para desempenhar esse papel.

Toda essa organização dos sindicatos, imposta de cima para baixo, ao mesmo tempo em que eram violentamente reprimidas as organizações socialistas e as autênticas lideranças operárias, e em que grandes massas do campo se integravam ao sistema industrial, marcou o fim do velho movimento sindical. Marcou o fim das associações criadas espontaneamente pelos militantes operários socialistas. Marcou o fim do sindicalismo baseado na luta de classes, que via nas lutas econômicas e salariais um meio de chegar a abolição da exploração baseada na propriedade privada dos meios de produção.

A CLT regula, com numerosos detalhes, a submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Ele é quem fornece a carta de reconhecimento às entidades sindicais, sem o que elas não podem funcionar. As eleições são controladas por ele; devem ser submetidos ao Ministério o orçamento e as prestações de contas, bem como, todas as deliberações das assembleias sindicais. O Ministério pode, ainda, congelar as contas bancárias das entidades sindicais. E, para estreitar ainda mais esse atrelamento do sindicato ao Governo, o Ministério pode destituir diretorias legalmente eleitas e colocar em seu lugar interventores de sua absoluta confiança, o que tem feito com bastante frequência, principalmente nos momentos críticos como ocorreu em 1947, 1954, 1964, 1980, 1983.

Características do novo sindicalismo "ministerial"

Alguns de seus aspectos mais relevantes merecem ser destacados, pelo que tem de atual no Movimento Operário.

A despolitização das lutas sindicais

A finalidade dos sindicatos, passou a ser de mero assistencialismo e, uma vez por ano, a conquista de melhorias salariais. A sua finalidade é dar aos trabalhadores tudo aquilo que precisam, menos o principal: consciência política de sua situação de classe explorada pela burguesia nacional e imperialista.

O papel contraditório do sindicato

Um sindicato que é "dado" aos trabalhadores pelo Estado burguês, com a função de colaborar com este mesmo Estado, só poderia dar os frutos que deu até hoje: o desinteresse e a indiferença dos operários pela sua sorte.

Nessas condições, o sindicato vive uma contradição fundamental: seu objetivo, como de todo sindicato, é lutar pelos interesses da classe operária. Ao mesmo tempo, é obrigado a colaborar com a ordem estabelecida, isto é, com o regime capitalista, contrário aos interesses operários.

Dessa forma, a liberdade e autonomia sindical, são uma expressão vazia, que não apresenta conteúdo real. Na verdade, o sindicato brasileiro tem liberdade e autonomia unicamente para apoiar o Governo.

(Leia anexos 3 e 4)

Principais fatos deste período

Em 1900 o Brasil tinha 15 milhões de habitantes, e São Paulo tinha 240 mil habitantes. O número de operários crescerá proporcionalmente ao crescimento da industrialização. Vejamos esse quadro:

ANO	Nº DE OPERÁRIOS NO ESTADO DE S.PAULO	Nº DE OPERÁRIOS NO BRASIL
1890	?	55.000
1907	22.355	149.140
1920	83.998	275.512
1930	119.296	?
1940	272.865	781.185
1950	484.844	1.256.807

De 1931 a 1934 criaram-se quase todas as leis trabalhistas e sociais que temos hoje no Brasil.

Em 1931 foi criado o Ministério do Trabalho como "juiz" entre patrões e empregados.

Para dominar o Movimento Operário foi preciso controlar os sindicatos. Por isso foi preciso destruir os sindicatos livres, politizados, ativos contra os patrões e construir sindicatos atrelados, de colaboração entre as classes.

Criou-se o sindicato único através de toda uma legislação sindical. Todo sindicato deverá ter:

- Carta de reconhecimento sindical;
- Estatuto padrão;
- Controle das finanças pelo Governo;
- Direito de intervenção pelo Governo;
- Atestado ideológico dos membros da diretoria;
- Imposto sindical e assistencialismo obrigatório.

Até 1934, haviam dois tipos de sindicatos; o sindicato do Governo e o sindicato livre. O Governo reprimia tudo o que era programado pelos sindicatos livres e apoiava tudo que vinha dos sindicatos oficiais.

Em 1935 houve a tentativa de insurreição liderada pelos comunistas. A frente popular chamada Aliança Nacional Libertadora liderou esse movimento que não chegou a mobilizar o povo. A resposta de Vargas foi uma grande repressão e os sindicatos foram fechados. A partir daí os sindicatos livres não conseguiram se levantar.

A partir de 1935 a repressão fecha toda e qualquer organização sindical não oficial, inclusive as Federações. Começam 10 anos de repressão total à classe operária.

Em 1937 oficializa-se a ditadura de Vargas: o "Estado Novo". O Governo pressionava a classe a sindicalizar-se, mas os sindicatos continuavam vazios. Exemplo: no Rio em 1935 haviam 86 sindicatos; em 1945 só havia 58. A greve é terminantemente proibida em toda a época da ditadura.

Em 1939, o Governo, para encher os sindicatos, obriga-os a prestar assistência médica e social aos sócios. A partir de 1940 Getúlio cria o Imposto Sindical para sustentar este tipo de sindicato.

Em 1940 é instituído o salário mínimo.

De 1940 a 1945 é a época da Segunda Guerra Mundial. Muda a conjuntura política. Getúlio também muda sua conduta, pois precisa da classe operária para apoiar seu projeto político.

O PCB lidera o apoio ao ditador em troca da penetração nos sindicatos e da anistia. É o "queremos Getúlio", "queremismo" de 1945. Em 1944 o PCB tinha criado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), sem que o Governo o proibisse.

De 1930 a 1940 é a década que marcou a passagem das "patas do cavalo" ao Imposto Sindical. Foi a época da implantação de Getúlio e da ideologia populista.

- Criou-se toda a Legislação Trabalhista
- Criou-se o sindicato oficial para atrelar o movimento operário.

A ideologia é a seguinte:

"Já é hora de substituir o velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtivo e orgânico de colaboração de classes". (Lindolfo Collor, 1931, Ministro do Trabalho).

'Transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não deixar entregue a ação dissolvente de elementos perturbadores' (Vargas, 1938).

Elemento fundamental para isso é o fortalecimento dos sindicatos oficiais. E eles para existirem precisam do Imposto Sindical. Por isso Getúlio criou o Imposto Sindical.

Em 1943 Getúlio promulga a CLT.

Quarto período: de 1945 até 1964

A) Principais fatos do fim da II Guerra Mundial até 1950

Com o fim da guerra, a situação no Brasil e no resto do mundo muda. É época de "democratização" a nível mundial. Isso trás ao mundo todo um afrouxamento da pressão sobre os Sindicatos e Partidos Comunistas. A União Soviética e os Estados Unidos, tinham lutado juntos na guerra, e viviam um período de relativa trégua.

O Brasil acompanha o clima mundial de democratização.

Assim Vargas toma as primeiras medidas democratizantes: anistia, legalização do PCB, estabelecimento de relações com a URSS.

Em 1945 o MUT, seguindo a linha do PCB, nesta época, tenta por todos os meios refrear o movimento e impedir greves.

O MUT levou uma política de conciliação, não aprofundou a crítica à estrutura oficial e a luta pelo desligamento do sindicalismo oficial.

Em junho de 1946 — o PCB aprovou a realização de um congresso operário que visava a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) em substituição ao MUT.

A CGTB passa a atuar levando a mesma política do MUT, de propor aos operários de "apertar os cintos".

A classe operária não atende o pedido de conciliação e parte para repetidas greves.

Em 1947 o Governo Dutra, acompanhando a virada política internacional, põe o MUT e o CGTB na ilegalidade. Inicia-se uma época de grande repressão à classe operária. O Governo intervém em mais de 400 Sindicatos.

A greve fica novamente proibida pela Lei-9070.

B) A Política populista

O período de 1945 a 1964 é a época de ouro da ideologia populista.

A ideologia do populismo tem estas ideias básicas:

- "O Estado é acima das classes.
- O Estado protege os fracos.
- O Estado cuida do povo todo."

Essa política foi implantada pela burguesia, com o apoio da política conciliadora dos partidos de esquerda.

Essa política levou à consolidação da estrutura sindical criada pela ditadura de Vargas. Enfraqueceu a organização da classe operária de forma autônoma em relação à burguesia e aos partidos. Destruiu a ideia de luta de classe e criou a confusão ideológica.

C) De 1950 até 1960: de Vargas a Jânio

Nesta época aparecem em cena as indústrias gigantescas como a petrolífera, a química, a farmacêutica. A indústria siderúrgica se expande para acompanhar o novo surto industrial. Agora a metalúrgica e a eletrônica passam a liderar o campo industrial, enquanto a indústria têxtil e de alimentos passam para o terceiro lugar.

Esta fase do populismo de Vargas mostrou melhor seus aspectos nacionalistas. Falava-se em Brasil como grande potência, independente de compromissos com o imperialismo. Falava-se em Brasil como nação cada vez mais rica e desenvolvida graças à colaboração entre a burguesia nacional e o proletariado.

Esta época marca uma nova ascensão do movimento operário sindical.

É também nesta época que os homens do poder numa linha populista, desencadeiam as grandes lutas anti-imperialistas conhecidas como a campanha de "O Petróleo é nosso" com a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Durante toda a década de 1950 as esquerdas, lideradas pelo PCB, participam cada vez mais desse clima populista, onde não se distinguem as duas classes antagônicas: burguesia e proletariado, e onde a direção política-ideológica está nas mãos da burguesia nacional. A classe operária fica sem rumo, pois os diferentes sindicatos que seguiam a orientação do PCB, levavam uma política contraditória. Ora mandavam apoiar Vargas, porque dizia-se que levava uma política nacionalista. Ora mandavam se opor a Vargas, porque se dizia que apoiava os Estados Unidos e se opunha à União Soviética.

Os anos de 1953 até 1963 marcam uma retomada das greves; e junto com estas greves a classe operária formará vários organismos unificados para a luta operária.

D) Vejamos a sequência dos principais fatos:

- Em 1950, Vargas acaba com o atestado ideológico para cargos sindicais.
- 1951 aumento de 100% no salário mínimo que estava congelado desde 1943.
- 1951 e 52 são anos de pouquíssimas greves.
- 1953 os trabalhadores têxteis iniciam uma greve em São Paulo, que logo se estende para outras categorias. Atinge 7 categorias com 300.000 grevistas.

É uma greve intercategorias na qual se forma o Comando Geral de Greve (CGG), que em seguida se transforma na Comissão Intersindical (CIS), da qual participam principalmente dirigentes sindicais.

A CIS é formada principalmente por dirigentes comunistas. Estes acabam por adotar um princípio que marcará o desenvolvimento do sindicalismo até 1964: na plataforma da CIS, se diz que "é necessário a aprovação das diretorias sindicais oficiais para realização de qualquer manifestação dos trabalhadores". Isto dará tom às várias articulações posteriores: a mesma organização centralizada que dirige a classe se dá o direito de controlá-la.

Da CIS se cria outro organismo chamado Pacto de Unidade Intersindical (PUI), em junho de 1953, que nasce como uma articulação de lideranças sindicais, de federações e sindicatos. Mais de 100 sindicatos participaram do PUI.

- 1955 e 56 são anos de arrocho salarial e de forte repressão aos sindicatos.
- 1955: muitas greves econômicas.

Em outubro de 1957 há uma greve generalizada com 500.000 trabalhadores: o PUI lidera o movimento. Havia uma enorme comissão negociadora composta de 10.000 membros; fazia assembleias com até 100.000 pessoas.

- Até 1958 há uma elevação do salário real.
- De 1958 em diante temos uma inflação alta, ao mesmo tempo que se dá uma industrialização acelerada.

A desnacionalização acelerada da economia, provoca uma mobilização operária contra a inflação e

uma politização muito forte das lutas.

As direções sindicais, sempre ameaçavam com a Greve Geral, mas sempre adiavam por motivos externos aos interesses da classe operária.

- 1958 o PCB aprofunda sua política oportunista de aliança com a burguesia e atrelamento da classe operária a política da burguesia nacional.

Assim no seu programa o PCB passa a propor:

"Frente única de luta por um Governo nacionalista e democrático do qual participam a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano... os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes".

"Nas presentes condições do país o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo".

Estas ideias influem fortemente na atuação das direções sindicais que passam a ter uma política de mobilização, porém controlada, dos sindicatos e da classe operária.

Foi uma política de castração total da classe operária, que mostrará seu fracasso com a total falta de reação dos trabalhadores ao golpe de 64.

- 1959: as propostas dos sindicatos são de reformas estruturais da sociedade geral. Por isso os trabalhadores serão chamados a fazerem greves constantemente.
- No começo dos anos 60, a burguesia aprofunda sua ação no Movimento Operário.

Os Estados Unidos passam a preocupar-se com os rumos políticos do Brasil que aos seus olhos era uma "República Sindicalista". Eles atuam no movimento operário através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL). Lá, treinam os seus líderes sindicais. E a CIA atuando diretamente e formando os futuros interventores dos sindicatos para agirem após o golpe de 1964.

E) De 1960 até 31.03.64

Em consequência do processo inflacionário, as massas começam a reivindicar aumentos salariais cada vez mais frequentes. As lutas reivindicatórias são quase diárias, para evitar o rebaixamento do poder aquisitivo dos salários.

- Em 1960 houve em São Paulo 180 greves que atingiram 954 empresas.
- Em 1961 houve em São Paulo 154 greves que atingiram 980 empresas.

Nesse contexto a classe operária desenvolve as suas organizações sindicais.

- Em 1960 realiza-se a 2ª Conferência Sindical Nacional, criando no Rio o Pacto de Unidade e Ação (PUA); logo depois é o 3º Congresso Sindical Nacional. Em 1961 cria-se o Comando Geral dos trabalhadores (CGT).

Este anos marcaram o nascimento do movimento sindical no campo; é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). As Ligas Camponesas se organizam melhor e passam a ter um peso político nacional.

Todas essas organizações unificadas da classe trabalhadora nascem de lutas concretas e impulsionam outras lutas. Este é um período de rápida politização da classe operária.

Além das greves econômicas a classe operária faz numerosas greves intercategorias e políticas. O Brasil precisa de uma total reformulação, precisa de "Reformas de Base": essa era a visão geral da época.

A classe operária, através dos que se diziam seus líderes, e que comandavam suas articulações, cria uma política contraditória com relação ao Governo e as Forças Armadas. É todo um período de alianças e rompimentos. Mas até 1963 o que predomina é um pacto entre Governo, Exército e Sindicatos.

A impressão geral passada pela imprensa falada e escrita era que o Brasil estava se tornando uma "República Sindicalista", e isso passou pela cabeça de muitos líderes da classe operária, como o

próprio Luiz Carlos Prestes que chegou a dizer que "a classe operária já está no poder, só falta estar no Governo".

- Em 1961 com a renúncia do presidente Jânio Quadros a classe operária é jogada, por seus líderes, na maior confusão. O PCB, primeiro lança a palavra de ordem: "Mobilizar para a Greve Geral, contra o golpe e pela volta de Jânio Quadros". Logo depois passa a dar apoio a inúmeras greves pela posse do vice-presidente João Goulart. No Rio Grande do Sul, Brizola + PCB + Sindicatos + Exército, estimulam greves e distribuem armas ao povo para garantir a posse de João Goulart.

É o auge da política populista. **Está montado o tripé da confusão. O Estado, a Burguesia e o Trabalhador todos juntos, lutando pelo mesmo objetivo:** a posse do vice-presidente Goulart!

Enquanto isso, desde 1960 fortalece-se uma tendência anticomunista, burguesa, no sindicalismo. É apoiada pela direita e pelos EUA, através do IADESIL. É o chamado Movimento Sindical Democrático (MSD)... a turma do Joaquim e Cia. São contra as greves, contra a agitação e trabalham pelo golpe militar.

F) Governo de Jango — 1961 - 1964

É caracterizado por:

- Fortíssima inflação;
- Greves constantes;
- Radicalização do movimento de massa;
- Ligação estreita entre sindicatos e Jango.

Em toda essa época se realizam constantemente greves de apoio ao Governo ameaçado.

- No meio do ano de 1961 há uma greve generalizada para conseguir o 13º salário. Logo após esta greve, o Comando Geral de Greve (CGG) convoca o 4º Congresso Nacional dos Sindicatos. Neste Congresso o CGG transforma-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passa a ser um organismo de coordenação dos sindicatos.

Do CGT farão parte o PUA (Rio), o CPOS (SP) e três Federações Ministeriais: CNT1 (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) CNTT (Transportes), CNTB (Bancos). Depois entrará a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas).

(Leia Anexo 5 e 6)

Em outubro de 1963, há 700.000 operários em greve em São Paulo. Pela primeira vez se juntam 78 sindicatos em negociação com a FIESP. A repressão é violenta. Em quatro dias de greve em São Paulo, a classe consegue 80% de aumento para todo mundo.

A partir do fim de 1963 a burguesia prepara o Golpe Militar.

Estava-se rompendo o pacto civil-militar.

Nos sindicatos o Movimento Sindical Democrático (MSD), trabalha claramente com os golpistas.

O PCB ainda manda confiar nas "tradições democráticas e nacionalistas das Forças Armadas".

- O CGT limita-se a ameaçar uma Greve Geral mas fica numa política confusa e nem sequer distribui os milhares de panfletos impressos para a hipótese do golpe; achava que as Forças Armadas não dariam o golpe.
- **A 31 de março de 1964, desarmado pela sua liderança, o proletariado brasileiro foi rapidamente esmagado pelo golpe militar.**

O golpe de 1964 pôs fim a um movimento operário de forte tom populista. O movimento operário destes anos pode ser caracterizado como um movimento combativo, mas com fraca consciência de classe e sempre levado a lutar em defesa de interesses de outras classes. Sua organização de base era fraca.

O golpe deixou clara a falência da política baseada no nacionalismo, no populismo e no reformismo operário.

G) O golpe militar de 31 de março de 1964

Em 1964, chegamos ao fim do sistema de democracia populista que começou com Vargas.

Dentro do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, de 1930 até 1964, houve constantemente duas tendências no sistema político populista. De um lado, a força burguesa e de outro a força proletária. A medida que as contradições econômicas e políticas avançavam, essas duas tendências definiam-se e opunham-se cada vez mais entre si.

Nos últimos anos antes de 1964 a força popular tomou mais pujança e chegou até a ameaçar a estabilidade das forças burguesas que tradicionalmente dirigiam o país. Isso provocou a união de todas as forças reacionárias burguesas, dirigidas pelos interesses dos trustes americanos e a aplicação do golpe militar de 31 de março de 1964, com o objetivo de por fim ao progresso da força proletário-popular.

Com o golpe de 31 de março, pretende-se impor ao Brasil, uma nova estrutura social e uma nova ideologia. Não mais os planos de um Brasil autônomo, livre do imperialismo, mas um Brasil baseado na aliança com o capital internacional, um Brasil em estreita ligação com os Estados Unidos, país líder da chamada "civilização ocidental". Para isso era necessário calar todas as vozes que falavam, era necessário um regime militar.

Dentro dessa nova realidade, era imperiosa uma definição do Governo frente ao movimento operário sindical. Roberto Campos, ministro do Planejamento de Castelo Branco, assim define a "Posição dos Assalariados no Plano do Governo Revolucionário":

- **"O 1º pecado do antigo trabalhismo era a preocupação obsessiva com a alta maciça dos salários nominais.**
- **O 2º vício era seu desinteresse por outros aspectos da luta operária, no fundo mais significativo do que a simples reivindicação salarial como: educação, casa própria, assistência, previdência social".** Com base nisso é que o novo Governo formula as novas diretrizes da política sindical, que podemos resumir assim:
- Acabar com a participação da classe assalariada nas decisões políticas em geral. O sindicalismo será amordaçado: prisões, perseguições, assassinatos.

Em consequência, se poderá restaurar o controle da classe dominante sobre o proletariado, através do controle da política salarial, do controle do movimento sindical, do combate mortal às lideranças. Disso tudo derivam as consequências práticas:

- Não pode mais haver greve, será crime contra a Segurança Nacional.
- São destruídas todas as organizações intersindicais.
- Intervenção em todos os sindicatos que levavam uma linha combativa.
- Prisão de milhares de líderes operários e delegados de fábricas.
- Volta a se exigir o atestado ideológico para cargos sindicais.
- A nova política salarial é o "Arrocho Salarial".

Quinto período:

De 1964 a 1980

Visão geral do período

O golpe de 31 de março de 1964 sufocou o movimento operário no Brasil inteiro. A causa dessa derrota do movimento operário foi a falta de uma profunda e sólida organização dos trabalhadores. O movimento operário sindical até 64 carecia de uma verdadeira organização dentro das fábricas.

O sindicalismo até 64 era um sindicalismo de cúpula, dirigido de cima.

As decisões não vinham das bases, mas sim da vontade das lideranças que atrelavam o movimento às decisões dos partidos.

O movimento sindical até 64 corria na onda da política populista.

Com o golpe de 31 de março de 1964 o movimento operário-sindical sofreu um golpe mortal; tudo parecia morto. Sem liderança, o movimento sindical se encontrava como um corpo destrozado e sem cabeça. Mas as medidas econômicas do arrocho salarial provocaram uma situação de desespero tão grande que propiciou o aparecimento de movimentos espontâneos de revolta em todo o Brasil.

Junto com essa situação de desespero da classe operária e conseqüente revolta, assistimos ao aparecimento de novos movimentos proletários sem os vícios do passado. Essas novas forças tinham vivido as conseqüências dos erros do sindicalismo até 64. A grande lição era começar pela base e não pelas cúpulas.

O que os Governos pós 1964 querem do sindicalismo

Vimos que de 1950 até 1964 os sindicatos retomaram uma certa vitalidade. O golpe de 31 de março de 1964 disse um basta a tudo isto.

Os Governos Militares pós 64 dedicaram um esforço enorme para transformar a imagem e a realidade do sindicato.

O sindicato não pode mais ser órgão de politização, de reivindicação, de luta de classe. O sindicato tem que ser um órgão assistencialista, tem que promover a paz social. Essa é a vontade dos militares no poder.

Os vários Governos Militares tomaram várias medidas para conseguir esses objetivos. Tudo passou a fazer parte de um plano: transformar o sindicalismo combativo de antes de 64 que eles chamaram de "sindicalismo baderneiro", num sindicalismo vazio, o que chamaram de "sindicalismo construtivo".

As medidas que esses Governos toaram foram as seguintes:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- Banco Nacional da Habitação.
- Doação de terrenos aos sindicatos para colônias de férias, hospitais, etc.
- Bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores.
- Convênio de assistência médica dos sindicatos com INPS.
- PIS (Plano de Integração Social).
- Assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos aos trabalhadores.
- Plano de valorização dos sindicatos (plano de empréstimos aos sócios).

Tudo isso responde ao plano de valorizar os sindicatos como órgãos assistenciais e negação de qualquer tipo de luta proletária e popular.

O novo sindicalismo visto pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo em 1970

Assim, em São Paulo, a Oposição Sindical Metalúrgica, em 1970 escrevia sobre a situação sindical:

"Após 1964 historicamente, está começando a 2ª etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio ou de Jango, baseado na confiança e expectativa do Governo.

Hoje está nascendo um sindicalismo novo: sem esperanças no Governo e sem meios termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro à sua frente o centro do problema: o problema político e o problema de luta de classes.

Esse sindicalismo está nascendo, lentamente, das várias décadas de experiências da classe operária brasileira e do movimento sindical. A lição mais importante é a seguinte:

- **O sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima; da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato.**
- **Precisa ser afirmada a ideia de que o sindicato é os trabalhadores organizados nas**

seções, nas fábricas, reunidos com os outros trabalhadores, organizados para planejar e travar lutas.

- **O sindicato não pode mais seguir a linha cupulista.**
- **São as massas trabalhadoras que tem de acordar. A tarefa da direção é organizar, centralizar, animar, sugerir, politizar. De nada adianta forçar a massa a queimar etapas e marchar com passo maior do que suas próprias pernas. Tarefa dura e lenta para o sindicalismo, mas profunda e duradoura."**

De 1964 a 1968

Com o golpe militar em março de 64 e o fim do populismo, os patrões estão tranquilos outra vez.

O Governo investe contra a classe trabalhadora de todas as formas:

- Intervenção nos sindicatos;
- Prisões de lideranças e perseguições cerradas;
- Mortes, desaparecimentos, exílio, cassações;
- A lei de greve fica mais dura: Lei 4330;
- E criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Com isso acabou a Lei da Estabilidade e a rotatividade aumenta fortemente.
- Lei do arrocho salarial, reajustes abaixo da inflação. É a Lei 4725.

Mas o movimento operário levanta a cabeça.

A situação de arrocho estimula a reação da classe operária.

Em abril de 1968, em Contagem (Minas Gerais), estoura uma greve que consegue 10% de aumento. Em junho este aumento é estendido ao Brasil todo, como um "Abono de Emergência".

Em São Paulo o 1^o de Maio vê um forte choque entre pelegos e Governo e classe operária radicalizada. O palanque do governador é incendiado.

Em julho, no município paulista de Osasco, há uma greve generalizada em várias fábricas metalúrgicas. A Comissão de Fábrica da Cobrasma, maior metalúrgica da região, lidera o movimento, em estreita colaboração com o sindicato.

Em 1968 no eixo São Paulo-Osasco nasce a experiência da "Oposição Sindical". O ponto principal desse movimento é a luta para transformar toda a estrutura sindical brasileira que é atrelada ao Estado, e cupulista. As várias Oposições Sindicais em formação buscam um novo projeto sindical para o Brasil.

A partir do golpe militar de 64 há um movimento de autocrítica na esquerda. Isso acontece no Brasil ao mesmo tempo que algo parecido acontecia nos outros países do mundo. A experiência da Revolução Cubana leva muitos comunistas a reverem sua prática. A partir disso se formarão no Brasil vários grupos que pregavam a derrubada da ditadura militar pela via das armas. Assim nestes anos de fim da década de 60 e início de 70 encontraremos no Brasil várias organizações dessa linha: ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8, Molipo, PCBR, Colina, etc.

No mundo todo a "Revolução Cultural" chinesa estava exercendo uma grande influência. No Brasil quem mais se embalava por isso é o PCdoB, a Ala Vermelha e a Ação Popular.

Nestes anos atuam no Brasil vários grupos de influência trotskysta como POC, POLOP, e outros.

De 1969 a 1974

A burguesia quer garantir um período de forte expansão econômica com mais arrocho; por isso, em 13.12.68 os militares decretam o Ato Institucional nº5 (AI-5). É uma nova fase da ditadura militar cujas características são as seguintes:

- Aumenta a perseguição aos trabalhadores nas fábricas, nos bairros, nas fazendas. Assassinatos, torturas e prisões passam a ser rotina.

- A chuva de pedra e chumbo cai sobre todo mundo: operários, camponeses, estudantes, professores, Igreja, artistas e políticos.
- Este foi o período de limpeza de área para poder garantir um salto da economia à serviço dos patrões. É a época do "**Brasil ame-o ou deixe-o**", "**Prá frente Brasil**". Os militares tentaram e conseguiram enganar boa parte do povo com ilusões.
- O arrocho apertou mais; foi a hora do "vamos fazer o **bolo** crescer **para depois dividir**", segundo as palavras do Delfim.
- Em 1973 Delfim Neto falsificou o índice de reajuste prá deixar mais dinheiro com os patrões e com isso desenvolver mais a economia. E conseguiu... a custa da miséria do povo.

Neste período duas práticas de luta estão presentes na esquerda brasileira:

- a) Há quem ache que a luta armada, na cidade e no campo é a solução.
- b) Outros defendem uma acumulação de forças com a luta dentro das fábricas e nos bairros.

Cresce e se firma o trabalho escondido das Oposições Sindicais: temos pequenos grupos e pequenas lutas nas fábricas. Mesmo nesta época há pequenas greves por aumento, como na Mercedes, Volks, Ford de São Bernardo do Campo em 1973. Em São Paulo, são pequenas paradas e operações tartaruga. Em 73 houve greve na Villares — Santo Amaro; foi um marco de referência.

De 1974 até a "Abertura"

O ano de 1974 é o ano do voto de insatisfação e protesto que estoura nas eleições políticas de novembro. Foi uma eleição-plebiscito: "Não à ditadura". Ninguém quer mais este Governo que aí está.

- Começam as passeatas de estudantes em 75 e 76.
- Vários quebra-quebras de trens e ônibus mostram a insatisfação e a explosão da revolta.
- Nas fábricas aumentam as pequenas paradas e as operações tartaruga.
- Alguns sindicatos começam a ter uma prática não pelega e progressivamente combativa. Aos poucos esses sindicatos se aproximam e passarão a agir em bloco. Este será o núcleo inicial do chamado "bloco autêntico". O sindicato ponta de lança deste bloco, será o dos Metalúrgicos de São Bernardo.

De 1977 a 1980

- No ano de 1977 inicia-se a luta pela "reposição salarial". Já em agosto de 1976 o Banco Mundial havia publicado, para o mundo todo, a falsificação dos índices do aumento do custo de vida feito pelo Ministro Delfim Neto, que prejudicou os trabalhadores em 34% no aumento dos seus salários.
- Em setembro de 1977 em São Bernardo, os metalúrgicos fazem assembleias com mais de 5 mil pessoas para organizar a luta pela reconquista dos 34%.
- Há ensaios de greve na Ford e Mercedes, principais fábricas de São Bernardo.
- Em São Paulo, durante a campanha salarial de novembro quase se foi a greve. Mas a diretoria do sindicato conseguiu anular a luta e, aos invés de greve, em São Paulo, abriu-se um processo na justiça para reaver a diferença da falsificação do índice de 1974.
- O ano de 1978 começa já aquecido na luta pelos 34% iniciada no ano anterior.
- Em São Bernardo dentro das grandes fábricas, grupos de at-vistas começam a preparar a greve, fábrica por fábrica.
- Em São Paulo ativistas militantes da Oposição Sindical Metalúrgica intensificam a preparação da greve.
- Em São Bernardo, a reivindicação é por 21 %. Em São Paulo se reivindicava 20%. Em 12.05.78 a Scania Vabis de São Bernardo, pára as máquinas. Logo depois é a vez da Ford,

Mercedes e outras grandes metalúrgicas de São Bernardo.

- Em São Paulo não havia como fazer a negociação, pois os metalúrgicos não confiavam na direção sindical liderada pelo interventor Joaquim dos Santos Andrade. Assim, a palavra de ordem da Oposição Sindical de formar Comissões de Fábrica passa a se tornar necessária e se concretizar.
- Em 30.10.78 os metalúrgicos de São Paulo fazem a 1ª greve geral da categoria após 1964. Realiza-se a maior assembleia operária desde o golpe militar, quando 30 mil pessoas na rua votam a continuidade da greve. A direção sindical, a mando dos patrões e dos militares no poder trai descaradamente a greve. Até as conquistas das greves de maio, junho e julho são anuladas.
- O ano de 1979 vê a grande greve metalúrgica de São Bernardo. Aliás todo o ano de 1979 será cheio de greves. Os grevistas se contam aos milhões.
- A greve de abril de 1979 em São Bernardo inicia uma tradição: serão realizadas grandes assembleias, todos os dias, com até 100 mil metalúrgicos. E será uma greve longa, não só de alguns dias. O Governo decretará a intervenção, visando acabar com a greve, mas nem a intervenção conseguirá esvaziar a greve.
- Em novembro de 1979 há uma grande greve entre os metalúrgicos de São Paulo. É a primeira greve geral de uma categoria inteira desde o golpe de 1964. A direção sindical, sempre ao lado dos patrões, tudo faz contra a greve. A Oposição sindical dirige a luta. É uma greve de rua com grandes piquetões. São os primeiros após 1964. A repressão é violenta: morre o ativista metalúrgico Santo Dias, assassinado pela repressão num piquete.

1979: Os blocos no Movimento Sindical

- O ano de 1979 vê formar-se duas tendências no movimento sindical. Isto aparece claramente em São Paulo, mas está menos presente nos vários outros centros industriais.

São dois blocos com políticas diferentes, com visões e práticas totalmente inconciliáveis. É o que passa a ser chamado "Bloco Reformista", e "Bloco Autêntico".

- O bloco reformista repete a palavra "unidade", e tenta por todos os meios evitar greves, lutas, enfrentamentos com os patrões e com o Governo. Eles propõem uma aliança da classe operária com a classe patronal propondo que se faça um "pacto social", isto é, todos os brasileiros juntos contra os patrões estrangeiros, o FMI. Todos, patrões e operários, unidos contra a crise.

Nesta visão, o Brasil vive uma crise grande e só poderá sair dela com a união entre patrões e operários contra o FMI. Não se pode então fazer greves prolongadas nem ações que possam prejudicar a abertura que os militares estão dando. **"Nada de aventuras!"** é a palavra de ordem.

Este bloco chamado de "reformista" é composto pelo PCB, MR-8 e o PCdoB; embora este último muitas vezes apoie a luta, acaba sempre se aliando aos pelegos e reformistas.

O principal apoio deste bloco são os velhos pelegos, inimigos da classe operária. A política deste bloco reformista é entrar no sindicato de qualquer jeito, e uma vez lá, melhorar um pouco as coisas. Por isso se aliam aos pelegos. O sindicato principal deste bloco é o dos Metalúrgicos de São Paulo.

- Do outro lado tem o chamado "bloco autêntico", ou "combativo". A prática deste bloco é de enfrentar os patrões e o Governo com greves de longa duração. Não acreditam em acordo nacional com os patrões, são contra o pacto social.

O objetivo deste bloco é conquistar sindicatos para servir à luta da classe operária, por isso se propõem a tirar os pelegos de dentro dos sindicatos, como um passo nesse caminho.

Este bloco chamado de "autêntico" é composto seja por sindicalistas que despertam na luta sem ligação com a esquerda organizada, seja por muitos que participaram ou participam de organizações de esquerda que não se alinham com os "reformistas" do PCB, MR-8 e PCdoB.

A principal característica deste bloco é o aspecto "classista", quer dizer, eles vêem duas classes na sociedade: patrões e operários e as duas estão em luta constante.

Neste bloco encontramos sindicalistas de origem do sindicalismo "combativo" tipo São Bernardo e sindicalistas que vêm da área das Oposições Sindicais. As práticas dos dois são diferentes, mas aos poucos se unificaram melhor.

- Em 1980 a principal luta que aparece é a greve de 41 dias dos metalúrgicos de São Bernardo. Durante esta greve o 1º de Maio é comemorado em São Bernardo, e saem às ruas mais de 100 mil pessoas.

O Governo responde à greve de São Bernardo como sempre: repressão, prisões e cassações.

Nesta grande greve de 1980 o fosso entre "reformistas" e "autênticos" se faz cada vez mais fundo. Antes da assembleia que decretou a greve, Hercules Correia procura o Lula e se oferece para impedir que a massa entre em greve. Lula recusou a "ajuda fraternal" e a greve estourou.

Das centenas de greves dos anos 78, 79 e 80 fica clara para a classe operária a necessidade da união de toda classe trabalhadora para enfrentar os patrões.

Assim a ideia de uma Central Única de Trabalhadores, que reúna todos na mesma luta, aos poucos toma corpo no meio da classe operária. O raciocínio era simples; todos tinham percebido isto nas várias lutas isoladas: **"se ficarmos isolados os patrões nos vencem sempre; se nos unirmos seremos fortes e venceremos"**.

Assim no meio dos sindicalistas se retoma a ideia que apareceu à nível de cúpula sindical, em 1977, de se realizar uma grande Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Junto com a ideia do CONCLAT, avança a ideia de se criar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Anexo 1

A "Ação Direta" - Programa do sindicalismo arnaquista

"A Confederação Operária Brasileira, tendo bem em conta as resoluções do seu Primeiro Congresso, chama novamente a vossa atenção para a tática e os métodos adotados nos dias que correm, pelo proletariado universal.

Tendo em conta que a emancipação do trabalhador deve ser obra dele próprio, que só terão valor real as conquistas alcançadas pelo seu próprio esforço, e nunca pela intervenção de terceiros, que é enervante e prejudicial, a Confederação Operária Brasileira lança o presente apelo a todos os explorados, a todas as vítimas da atual organização social.

Já no Primeiro Congresso ficou resolvido, em vista do operariado achar-se extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas, *"que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operária, os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda da sua vontade e ação reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual ainda para os mais legalitários não há lei que valha"*.

Não foi sem razão que o dito Congresso aconselhou o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, como agrupamento essencial e ação direta como tática de luta, pois só assim conseguiremos alcançar a nossa completa emancipação.

Não está muito longe o dia. Tudo é questão da atividade que cada indivíduo em particular, e a coletividade em geral, demonstrem em prol dos seus próprios interesses.

Companheiros: a comissão reorganizadora da Confederação Operária Brasileira, alentada com as vigorosas provas de afeto e incitamento recebidas, recomenda-vos uma vez mais a maior atenção para estas circulares que hoje começa a remeter a todas as associações operárias existentes no país.

Rio, 5 de outubro de 1912".

Anexo 2

A greve geral de 1917

"São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia. Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar sobre quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Moóca, Barra Funda, Lapa, sucedem-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começaram a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos. Os jornais saem cheios de notícias sem comentários quase, mas o que se sabe é sumamente grave, prenunciando dramáticos acontecimentos".

Este aspecto da cidade de São Paulo, em julho de 1917, descrito pelo militante operário e historiador Everardo Dias, dá a impressão de um verdadeiro campo de batalha. De fato, a greve geral de 1917 paralisou completamente a capital paulista e colocou, frente a frente, o movimento operário — organizado principalmente pelas lideranças anarquistas — e a classe dominante — através de um forte aparato repressivo do Estado.

O conflito iniciou-se com greves localizadas em fábricas têxteis ainda no mês de junho. Melhores salários e melhores condições de trabalho eram as reivindicações. A Força Pública reprimiu violentamente uma concentração de operários, sendo assassinado o sapateiro anarquista Antônio Martinez.

O enterro do jovem operário, no dia 11, foi o marco de violentas manifestações contra a polícia, representando o momento em que a greve se generalizou por toda a cidade. O cortejo fúnebre saiu do Brás, verdadeiro reduto da classe operária, atravessou o aterro do Carmo e deslocou-se até ao Cemitério do Araçá, passando pelo centro da cidade e enfrentando o forte aparato repressivo.

Organiza-se o Comitê de Defesa Proletária. A greve geral recebe adesões de trabalhadores de várias cidades do interior paulista, além da solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro. O número de grevistas chegou a 50 mil, por volta do dia 15. O Governo Estadual pede reforços para a repressão ao Governo Federal, com deslocamento de tropas do interior e de dois navios de guerra, até as docas de Santos. As lutas nas ruas são intermináveis; desencadeou-se verdadeira revolta popular. Saques de armazéns, ataques a autoridades, piquetes, comícios e pancadarias dominam a cidade. O chamado "espírito de carnaval" toma conta da massa proletária em movimento: os garotos depredam os lampiões de gás, deixando as ruas às escuras; grupos de jovens invadem os bondes e convencem os motoristas a alterar o trajeto. Crianças, homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairros, outra forma de associação criada pelos anarquistas. Os bairros operários tornam-se verdadeiras fortalezas de resistência dos grevistas: barricadas e esconderijos impenetráveis espalham-se pelos cortiços e becos tortuosos da Lapa, Brás, Moóca, Barra Funda, Ipiranga, Cambuci e Belenzinho.

A burguesia industrial paulista, setor mais astuto das classes dominantes, percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma Comissão de Jornalistas que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitam uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do Governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os grevistas presos. Os empresários concederam 20% de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás, Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária.

(Extraído de Ricardo Maranhão "Brasil História")

Anexo 3

O sindicalismo na visão de Getúlio Vargas —1930-1937

"O novo Ministério mantém estreito contato com as indústrias e comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assisti-los em todos os seus interesses. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativa e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com severa atenção as condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social". (Getúlio Vargas)

"No Brasil, onde as classes trabalhistas não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando, realmente, o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público". (Getúlio Vargas)

"A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas como o atual, não pode realizar-se, com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses". (Getúlio Vargas)

"Com a criação dos Sindicatos Profissionais moldados em regras uniformes e precisas, dá-se às aspirações dos trabalhadores e às necessidades dos patrões expressão legal normal e autorizada. O arbítrio, tanto de uns como de outros, gera a desconfiança, é causa de descontentamento, produz atritos que estalam em greves e lock-outs. Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas". (Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor)

Anexo 4

Principais artigos da CLT sobre o sindicato

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos:

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;
- b) celebrar contratos coletivos de trabalho;
- c) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.
- d) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Art. 514. São deveres dos sindicatos:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade.
- b) manter serviços de assistência judiciária para os associados.

Art. 516. Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

Art. 518. O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho e Previdência Social instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

§ 1º Os estatutos deverão conter:

- a) a denominação e a sede da associação;
- b) a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é requerida;
- c) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional.

Art. 521. São condições para o funcionamento do sindicato:

- a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação.

Anexo 5

C.G.T. Programa de unidade e ação

(09.1963)

"Unidos na frente única das forças democráticas e nacionalistas, declaramos que, para a **manutenção da tranquilidade, da ordem e do progresso social-econômico do país** teremos de realizar imediatamente um programa de unidade e ação com os seguintes e irremovíveis pontos:

- b) Defesa das liberdades democráticas contra qualquer tentativa de implantação do estado de sítio; direito de voto ao soldado, ao marinheiro, cabos e analfabetos. Pela elegibilidade de todos os eleitores, sem quaisquer discriminações.
- c) Apoio decidido a aprovação imediata de emenda que garanta os direitos de serem eleitos os sargentos e os cabos das Forças Armadas e Auxiliares; anistia ampla e irrestrita, beneficiando os soldados, marinheiros, cabos e sargentos e demais processados por crimes políticos;
- d) Reforma agrária com efetiva distribuição de terra dos latifundiários aos camponeses, através da ação imediata do Poder Executivo; apoio decidido à campanha dos camponeses em luta pela posse da terra e pela reforma agrária; modificações da Constituição Federal, no problema da distribuição da terra, pelos reflexos benéficos que trará a toda a população do país, com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o conseqüente incremento industrial e das atividades comerciais, resultando assim na maior produtividade da nação;
- e) Regulamentação imediata da lei de remessa de lucros e nacionalização pelo custo histórico das concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos, e da indústria farmacêutica de estrangeiros; criação da Aerobras; intervenção no mercado de gênero alimentícios.
- f) Ampliação do monopólio estatal do petróleo, com a encampação das refinarias particulares e entregues à Petrobras para a distribuição de todos os produtos;
- g) Rigorosa seletividade do crédito para que o dinheiro do povo seja aplicado exclusivamente em benefício do povo e monopólio estatal do câmbio;
- h) Realização de uma reforma bancária progressista, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa".

Anexo 6

Uma revisão crítica do CGT

O CGT e a base

Muitas vezes esta questão é mal colocada. Muitos dos que viveram aquela época não admitem este questionamento e logo jogam na mesa: "Como o CGT não tinha base se parava o país na hora que quisesse?". E os que não viveram aquela época não sabem responder.

Mas precisamos entender bem a distinção entre poder de mobilização em uma época de forte inflação com força do poder real e em uma conjuntura onde quase sempre se contava com o apoio do setor militar, além do jogo constante com o poder do Presidente da República. Quando esse apoiou o movimento ele estava forte, quando esse mudou, as coisas também mudaram. Em 31.03.64, sem os militares apoiando, não saíram as greves que podiam impedir o golpe.

Está claro que o enraizamento dos sindicatos dentro das fábricas era pequeno. Isto se deve a duas causas. Primeiro toda a estrutura sindical brasileira é viciada pois permite a existência de um sindicalismo sem raízes nenhuma na base.

Os sindicatos brasileiros não possuem núcleos ao nível das fábricas que possam atrair esses trabalhadores. Por isso, o sucesso de uma greve depende não de um sentido de dever da classe, mas das dificuldades econômicas e da força da autoridade externa, na forma de um piquete mandado pelo sindicato para impedir as massas trabalhadoras de entrar nas fábricas.

A resposta da massa aos apelos do CGT, mais do que uma penetração deste na base, significa uma obediência à "autoridade do sindicato". Este é um aspecto fundamental para entender a função do CGT com a grande massa.

É importante pensar bem na ilusão da "República Sindicalista" que se imaginou existir na época. Pensar na ilusão de "já estar no poder" e na grande ilusão que custou caríssimo de que "se houver o golpe militar, a classe operária responderá".

Muitos observadores atribuíram grande porte político aos líderes sindicais da época, mas deixaram de observar limitações substanciais nesse poder. As principais limitações vinham de dentro das organizações sindicais, isto é, a fraqueza fundamental das organizações dos trabalhadores brasileiros. Poucos líderes sindicais possuíam fortes laços institucionais com a massa dos trabalhadores.

Esta negligência para com as bases não os impedia contudo, de organizar greves regularmente e com sucesso. Pois a espiral inflacionária corroía de modo constante o poder aquisitivo e predispunha os assalariados descontentes a paralizar o trabalho. Estas greves criaram a ilusão de que os dirigentes sindicais exerciam forte controle sobre uma importante massa política e por isso os políticos concederam a eles crescentes poderes dentro da máquina estatal.

A distância entre os sonhos da cúpula e a realidade da base era enorme.

A segunda causa de toda esta prática do CGT foi a política geral levada pelo PCB e reproduzida direta ou indiretamente pelos líderes sindicais que atuavam no CGT.

Era toda uma política que não se apoiava na participação concreta da massa. A massa servia mais para respaldar as decisões das lideranças do movimento do que ela própria decidir sua política e levá-la à prática autonomamente. O sindicalismo era visto como um aparelho do partido. A questão da autonomia entre sindicato e partido era esquecida.

O CGT e a estrutura sindical

Todos estes pactos intersindicais e o próprio CGT, em um certo sentido, levam a um certo rompimento com a legislação sindical oficial, com a estrutura sindical. Mas todas estas organizações e o CGT têm a mesma doença crônica. Representam a união dos vários sindicatos, ligados à mesma estrutura sindical oficial, sem bases reais nos locais de trabalho. Hoje está claro que, em todas estas articulações faltou uma linha, um movimento pela libertação dos sindicatos da tutela oficial do Governo e um esforço bem maior para enraizar o sindicalismo nas bases, dentro das fábricas, nos locais de trabalho.

Mas nesta época, as lideranças operárias e sindicais não estavam interessadas nestes aspectos. Isto

exigiria entrar em choque direto com o Governo e romperia o que chamamos de "Pacto Populista", que era a grande ilusão da época.

Esta estrutura permanece a mesma, com todas as variações do movimento sindical desde a década de 40, e mesmo no período de apogeu do sindicalismo brasileiro na década de 50, que a absorveu integralmente, e, num certo sentido, acomodou-se a ela.

1964, O Golpe Militar e o CGT

A força do CGT mostrou-se impotente no confronto com os golpistas. Apesar da convocação da greve geral, esta foi um solene fracasso. A principal razão, entretanto, foi que, ao habituar-se a um trabalho de cúpula, mantendo a estrutura sindical, o CGT distanciou-se da organização das bases. Habitara-se à convocação de greves gerais que só funcionavam porque paravam os transportes públicos.

Quando começou a repressão e caça às lideranças sindicais, desestruturou-se a resistência como que por encanto.

"Tralhadores Muitas Lutas Uma só Classe"